01

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL – STF
DR. EDSON FACHIN
RELATOR DA ACO 1100
Brasília - DF

Ref. Processo ACO 1100

Sr Ministro

A COMUNIDADE INDÍGENA XOKLENG LAKLÃNÕ DA TERRA INDÍGENA IBIRAMA-LAKLÃNÕ, localizada no município de José Boiteux, Santa Catarina vem, respeitosamente até Vossa Excelência requerer a juntada desta Carta como Parecer, acerca do Marco Temporal e Esbulho Renitente, do advogado e professor aposentado da Universidade de São Paulo (USP), José Afonso da Silva, meio que busca dar, com o merecido respeito, subsídios jurídicos aos processos que tramitam neste Egrégio STF.

Senhor Ministro, nós indígenas Xokleng-Laklãno, vivemos na TI Ibirama-Laklãnõ, essa terra indígena foi dividida recentemente entre cinco municípios catarinense, José Boiteux, Dr. Pedrinho, Itaiópolis, Mafra e Vítor Meireles. Somos cerca de 2.500 indígenas, sendo que, 60% da população é formada de crianças e jovens, 30%de adultos e apenas 10%de idosos. Ocupamos uma área de 14.084 hectares no vale do rio Itajaí do Norte ou Hercílio, numa região montanhosa. Cerca de 80% de nossa área tem cobertura de vegetação nativa, significando uma das maiores áreas de preservação fora de Unidades de Conservação no estado de Santa Catarina. Porém, esse contexto nos traz limitações, já que apenas 9% de toda área é adequada a agricultura, distribuída em pequenas glebas. A dificuldade de sobrevivência se agrava a cada ano com o aumento da população e redução do espaço. Mas nem sempre foi assim: até 1914 nosso povo ocupava uma grande extensão de terras entre os vales e planalto catarinense. Devido aos intensos conflitos com colonizadoras e colonos que invadiam nosso território, nossos anciães aceitaram um acordo, conhecido como pacificação, que restringia uma área específica para nós, com

controle do Serviço de Proteção aos Indios (SPI). Esse acordo, verbal foi celebrado em 20 de setembro de 1914. Doze anos depois, em 1926, foram realizadas medições na área acordada, ficou reservado cerca de 37 mil hectares.

Ocorre que mesmo essa área reservada pelo governo do estado de Santa Catarina não foi respeitada pelas colonizadoras e colonos. Foi sendo invadida para extração de madeira, depois para assentar família. O próprio chefe de posto do SPI que tinha como obrigação defender nossa área, fazia acordos com regionais vendendo partes de nossas terras. Toda essa história de invasão foi relatada ao antropólogo que coordenou os estudos de identificação e delimitação de nossa terra e faz parte do relatório circunstanciado.

As invasões foram homologadas pelo governo do estado de Santa Catarina e pelo Serviço de Proteção aos Índios, em 1952, através de um acordo sem nosso consentimento. Por esse acordo perdemos cerca de 23.000 hectares. Também perdemos nosso líder assassinado por denunciar às invasões e maus tratos a sede do SPI no Rio de Janeiro. Também perdemos lugares sagrados, lugares de caça, lugares de coleta, lugares de seguir nossa forma própria de vida de criar novos acampamentos em diferentes lugares.

Nosso povo pouco pode fazer para impedir as reduções, porque nos tratavam como tutelados, sem poder de manifestação, mesmo assim, em 1963 conseguimos expulsar mais de mil famílias de colonos que haviam invadido os 14 mil ha que ocupamos atualmente. Após um longo percurso de caminhão e a pé até a capital estadual, conseguimos fazer com que o exército interviesse a fim de expulsar os invasores.

Com esse breve histórico queremos enfatizar apenas que estamos buscando recuperar a terra que havia sido reservada, que foi acordada com nossos pais, não estamos pleiteando todo o território de nossos ancestrais. Para nós não se trata de ampliação, mas de devolução dessa que é nossa herança, portanto um direito sagrado. Sabemos que a sociedade regional e o governo do estado de Santa Catarina são contra a demarcação, porém, sabemos pela memória de nossos velhos e por alguns livros produzidos por pesquisadores, que o estado de Santa Catarina sempre se posicionou contra nosso povo. Em tempos

passados contratava "bugreiros" para nos exterminar, hoje o Estado de Santa Catarina tem atuado em ações judiciais questionando a regularização de nossas terras, um exemplo disso é a participação da Fundação do Meio Ambiente (FATMA) na referida ACO 1100. Inclusive, Senhor Ministro, o governo do estado entrou na ação para ajudar a pagar os honorários da pericia antropologia e cartográfica solicitada por particulares, tudo com o objetivo de apoiar os contrários e impedir a regularização de nossas terras.

A terra que reivindicamos é importante e fundamental, ela é resultado de décadas de lutas de nosso povo. É importante lembrar, Sr. Ministro, que nossos pais aceitaram estabelecer diálogo com os não indígenas apenas em 1914, que passaram a chamar de "pacificação", porque a experiência do contato era negativa para nós. Desse contato resultou no acordo da terra reservada, e dela não abrimos mão. O local foi escolhido por nosso povo, porque tinha mata, rio, nascentes, florestas (mata de araucárias e floresta ombrófila densa), terras de várzeas, ou seja, os diversos tipos de matas e solo foram contemplados. São ambientes fundamentais para nosso povo, eles permitiram que continuássemos vivendo no nosso costume. Em diferentes épocas do ano utilizávamos diferentes locais: na época do pinhão preferíamos as terras altas, na época do plantio as terras baixas. Com as sucessivas invasões, o chefe do posto começou a impedir nossas andanças e nos obrigou a permanecer num mesmo local. Mesmo sem sua autorização nossos antepassados continuaram as migrações dentro da área reservada, porque além de prover alimentos e dar continuidade aos nossos costumes, as andanças passaram a ser também uma forma de monitorar as divisas da terra reservada. Nunca deixamos de ocupar a terra, mesmo que não implicasse em construção de moradias, a ocupação ocorria por acampamentos, coleta de pinhão e andanças por lugares sagrados. Portanto, na nossa maneira conceber ocupação, nunca deixamos de estar na terra que nos foi reservada em 1914.

A terra que reivindicamos está praticamente sem vegetação nativa, mais de 80% dela está desflorestada ou com a vegetação nativa substituída por pinus, eucaliptos e plantios agrícolas, como fumo, milho e soja. Ainda resta uma importante gleba de araucária (ARIE - Área de Relevante Interesse Ecológico

Serra da Abelha, com cerca de 5 mil ha) que continuamos a monitorá-la e fazer uso, apesar de estar em grande parte invadida por agricultores.

Além de considerar a terra um direito de nosso povo, ela é, acima de tudo, um espaço sagrado para nós. Ela reúne locais onde estão enterrados nossos velhos, como nosso grande líder religiosos Camlém, que ao pressentir que a terra seria invadida pediu para ser enterrado naquele local a fim de manter a terra como referência de nosso povo, não desejou ser cremado como era de nosso costume. Reúne espaços que eram utilizados para nossos rituais, como na região do planalto onde, nas proximidades da árvore em Imbuia. Como mencionamos anteriormente, fazíamos o reavivamento de nossas caminhadas e migrações dentro do território, coletando alimentos como o pinhão e mel de abelhas nativas. Portanto, a área contempla uma série de elementos relacionados a nossa mitologia ritualizadas em nossa vivência sócio cultural. Uma das principais tristezas de nossos pais foi ter que deixar essa área, porque com ela perdemos grande parte de nossa memória.

A terra apresenta aspectos fundamentais do ponto de vista ambiental. As principais nascentes da microbacia hidrográfica estão contidas nesta terra. Inclusive um dos limites foi definido pelo divisor de bacias exatamente para que pudéssemos manter a água. Infelizmente hoje, as nascentes e riachos estão danificados por uso intensivo de veneno nas culturas de fumo e soja, bem como com estercos de porcos e outros animais domésticos. O pinus e eucaliptos provocam o ressecamento do solo. É perceptível como a água diminuiu nas últimas décadas. Nosso desafio será recuperar nascentes e mananciais, queremos sim, manter espaços de lavoura para nosso sustento, mas acima de tudo, desejamos recuperar as matas para que as águas se recuperem também.

Além dos aspectos acima citados, o limite da terra atual nos fez apressar o processo de devolução de toda nossa terra. Há uma série de limites que dificultam nossa sobrevivência nos 14 mil hectares que estamos ocupando atualmente. Por ser terreno bastante acidentados, contamos com 09% dele para a agricultura, os demais são de cobertura da vegetação nativa com matas e capoeirões, locais das casas e estradas. Até a horticultura no entorno das residências é difícil praticar pela declividade do terreno. A terra atual consegue

comportar toda a nossa população que aumentou muito nas últimas décadas. Além dos atuais moradores da Terra Indígena, tem mais de mil pessoas que vivem nas cidades vizinhas trabalhando em firmas da região como forma de buscar um meio para sobreviver, só esperando a nossa terra de volta, pararetornar a sua terra natal.

O problema da falta de espaço e o uso de terras acidentadas se agravou a partir da década de 1970 com a construção da Barragem Norte para contenção de enchentes nas cidades a jusante, como Ibirama, Blumenau, Indaial e Itajaí. A barragem alagou 1.050 hectares das melhores terras para plantio e de toda nossa aldeia, destruiu o rio e acabou com os peixes, atualmente é lodo e água suja. Antes vivíamos todos na várzea do rio Itajaí, em terras planas e produtivas, com a obra fomos todos removidos para os morros. Porém não há lugar para todos. Ao menos duas aldeias Xokleng e uma Guarani estão fora dos 14 mil hectares, já adentramos para a terra em litígio. Porém, a situação está se agravando, porque a aldeia Figueira terá que ser praticamente toda ela removida. A Secretaria de Estado da Defesa Civil constatou que a barragem está provocando deslizamento de terra e quase todas as casas da referida aldeia estão condenadas. Não temos para onde ir, nos resta a área em litígio, mas não pretendemos fazê-lo antes da decisão judicial.

Por fim, queremos pedir a Vossa Excelência, que possa reconhecer e garantiro direito de nosso povo à terra, que foi conquistada com muita luta.

Na esperança de sermos atendido,

Nos despedimos,

José Boiteux - SC, 17 de fevereiro de 2016.

Assinatura das lideranças

Isaias V. Weitcha

DION. N.M PATTÉ

Bazilio L. Priprá

Samuel Pripra

Marlene Pate

Alisandro Priprá de Souza

MARCONDES NAMBLA

Amiel Pri Pozó

Patte Vanderlei Pinto

Elendo Priri

Veir Priri

Cleusa Patté Moncorvã
NELLI NDILLI
Conjuge Usiel Pripná
Patté
[illegible]
Cilan Kanhaã Superiano costa
Marlene Patté